



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **EDUCANDO PARA A CIDADANIA: UM OLHAR SOB AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Maria de Fátima Rodrigues Duarte; Lucielma Josefa da Silva

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste*

*faatima\_09@hotmail.com; lucijs2011@hotmail.com*

### **Resumo:**

A referente pesquisa objetivou compreender como a escola tem contribuído para a formação cultural e social do sujeito, considerando a diversidade étnico-racial existente na sociedade. Para a coleta de dados utilizamos algumas técnicas como a observação participante, além da aplicação de um questionário com perguntas abertas. O lócus da nossa pesquisa foi uma escola da rede estadual de ensino de Pernambuco, mais especificamente uma turma do 3º ano do ensino médio, onde realizamos palestras e debates acerca da temática das relações étnico-raciais. Assim, por meio dos resultados obtidos, verificamos que os alunos acreditam ser importante e interessante o trabalho voltado a estas questões, assim como relatam algum histórico de preconceito não apenas nas escolas, mas na sociedade de modo geral. Desta forma, o trabalho voltado a tratar destas temáticas contribuem e muito para uma melhor autoafirmação do sujeito, de fazê-los se auto identificar como pertencente a um grupo social, como também reconhecer a igualdade de direito perante a sociedade.

**Palavras-chave:** Educação, Relações étnico-raciais, Cidadania.

### **INTRODUÇÃO**

Por meio do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, no qual trata-se de um projeto de extensão, pesquisa e ensino, inter e transdisciplinar que tem por temática central os processos de luta, resistência e de educação dentro dos movimentos sociais populares, ONGs e projetos sociais. Desenvolvemos o “Projeto Observatório Vai à Escola”, onde levamos para as escolas atividades educativas sobre temáticas articuladas ao objetivo



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

central do Observatório que nos permite dialogar, refletir e conscientizar estudantes e demais profissionais atuantes nesses espaços educacionais. Neste artigo, em especial, trataremos da experiência vivenciada em uma determinada escola estadual de Pernambuco, na qual nos propusemos a trabalhar com a temática “Educação e as Relações Étnico-Raciais”. Tendo em vista a importância desse tema para formação educacional, social e cultural do sujeito, além da necessidade de introduzir essas questões nas escolas devido ao cenário de diversidade e ao mesmo tempo de discriminação e preconceito racial, infelizmente ainda existente no cotidiano escolar e na sociedade em geral, pois, a postura racista é uma reprodução socialmente construída. Como também, a conscientização do sujeito sobre a legitimação do direito à igualdade racial, ao reconhecimento da identidade negra e ao exercício da cidadania.

Assim, a experiência vivenciada no cotidiano da referida escola nos possibilitou compreender sobre a seguinte problemática: como a escola tem contribuído para a formação cultural e social do sujeito, considerando a diversidade étnico-racial existente na sociedade? De modo que nosso objetivo foi compreender como a escola tem contribuído para a formação cultural e social do sujeito, considerando a diversidade étnico-racial existente na sociedade. Deste modo, desenvolvemos atividades educativas que contribuam para a promoção da igualdade racial na escola, refletindo sobre a trajetória do negro no Brasil e a implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica brasileira.

### **METODOLOGIA**

O desenvolvimento do projeto nas escolas se deu por meio de uma palestra em uma determinada escola estadual de Pernambuco, em especial, com turmas do 3º ano do Ensino Médio, na qual proporcionou-se aos sujeitos presentes um momento de diálogo acompanhado de debates, reflexões, críticas e esclarecimentos sobre questões referentes a temática abordada. A partir dessa experiência vivenciada, tendo como norte o objetivo da pesquisa, podemos coletar as informações e elementos necessários para o desenvolvimento da mesma.



Para tanto foi necessário adotamos alguns instrumentos e métodos específicos para a referida pesquisa desenvolvida.

Desse modo, a mencionada pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa por esta se apresentar como “uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (MINAYO, 1994, p. 51).

Assim, para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo necessitamos adotar uma técnica, pois segundo Marconi e Lakatos (2010) essa constitui os processos que norteia toda a prática da pesquisa desenvolvida. Assim, como técnica de pesquisa abordamos a pesquisa de campo, na qual “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (IDEM, p. 169).

Para coleta de dados utilizamos algumas técnicas como a observação participante na qual “consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 177). Além, da aplicação de um questionário com perguntas abertas, esse “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador” (IDEM, 2010). Assim, obteremos nossos resultados almejados a partir do que foi coletado na pesquisa desenvolvida e chegamos a uma conclusão parcial, ou seja, uma possível resposta para nosso problema inicial.

## **RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO**

Falar de preconceito numa sociedade onde os sujeitos vivem em condições desiguais não é uma tarefa muito fácil, principalmente quando esta sociedade está fortemente arraigada em um contexto capitalista, onde cada um vive por si, focados em seus próprios grupos.



Sendo assim, o preconceito se desdobra de diversas formas. Pode-se dizer de certa forma que ele faz parte do nosso comportamento, pois frequentemente nos deparamos com atitudes, gestos, palavras e atos que deixam claros o desrespeito para com o outro, e a sala de aula não esquiva disso.

A sala de aula é um espaço onde também se permeia atitudes como estas citadas acima, mesmo que muitas vezes gostaríamos de pensar o contrário. E como vem apontar Aquino (1998) “há muito as sociedades vêm lutando para manter as escolas um pouco resguardadas dos conflitos decorrentes da intolerância entre diferentes grupos” (p.119). A escola é um espaço de convivência, é nesse lugar que se sobressai diversos grupos sociais – principalmente no que se refere as raças – de forma que muitas vezes o respeito e a prática da tolerância não são praticados.

Neste caso, percebemos nas respostas dos questionamentos que realizamos com os alunos de uma escola pública estadual que a maioria dos alunos, sejam eles negros ou brancos já sofreram algum tipo de preconceito, sendo a maior parte sobre cor, ao grupo étnico-racial ao qual pertence. Eles também pontuaram que raramente praticavam algum ato de discriminação contra os colegas de turma.

Sendo assim, trabalhar estas questões em sala de aula, é uma forma de levar os sujeitos a terem uma atitude de respeito e tolerância para com as diferenças do outro, de lidar seja com grupos étnicos, de gênero, etc., mas valorizar o outro de modo que possam não somente aceitar como também passar por um processo de construção de sua identidade e cidadania. Cidadania esta que dá direitos a esses grupos de lutarem por seus direitos e cumprirem com seus deveres. Nesse caso, Aquino (1998) vem trazer que

A cidadania exige instituição, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos dos poderes públicos. Distingue-se, portanto, a cidadania passiva – aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor – da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas



essencialmente criador de direitos para abrir espaços de participação (p.159).

Desta forma, o sujeito que busca o seu direito na medida em que não ultrapassa o do outro e que convive pacificamente com as diferenças está construindo sua noção de cidadania, está construindo sua própria identidade. E podemos verificar isto em algumas das falas dos estudantes quando afirmam que respeitam os seus colegas e que as diferenças é parte de todas as pessoas, dos grupos em que estão inseridas. E principalmente é imprescindível reconhecer o problema do preconceito e combatê-lo no espaço escolar. Sem contar que é necessária ainda a promoção do respeito mútuo e com o outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito.

E ao falarmos de diversidade nos remetemos ao contexto histórico e cultural da nossa escola brasileira. Pois, vivermos em um país constituído de uma pluralidade de raças e etnias que resultam em um cenário da diferença e ao mesmo tempo da semelhança. Neste mesmo contexto de heterogeneidade a escola atua como espaço educativo de formação social, constituída por sujeitos advindos desse recinto chamado diversidade, nos quais devem ser reconhecidos, respeitados e valorizados nas suas singularidades.

Assim, a escola torna-se um espaço de diálogo entre as diversas culturas e etnias que ali se encontra, convivem e necessitam de práticas educativas que possibilitem a concretização desse diálogo entre toda a comunidade escolar, garantindo as múltiplas relações existentes entre os sujeitos que compõe e atua não apenas no ambiente escolar, mas também social. Por isso é importante enfatizarmos que:

“Neste contexto, marcado pela diversidade de sujeitos e modos de existir, o grande desafio que enfrentamos é construir um ambiente escolar que valorize as diferenças, que combata as desigualdades, que se pautem pelo respeito e solidariedade. Referimo-nos a relações e valores democráticos que devem ser muito mais do que conteúdo de aulas, devem ser modos de orientar a vida dentro da instituição.” (SOUZA e KLEIN, 2013, p.28)



Se levarmos em consideração o que os alunos os quais participaram de nosso projeto trazem sobre o trabalho com estas questões de diversidade étnico-racial, podemos observar que os mesmos acreditam ser muito importante que as escolas trabalhem estes temas, pois além de serem questões do cotidiano é uma situação em que muitos vivem e passam por ela, sem ao menos ter conhecimento sobre, e como eles próprios ressaltaram essas questões estão presentes em seu dia-a-dia não apenas no espaço escolar, mas no social de modo em geral. Eles também acreditam que o estímulo a valorização já é de suma importância no trabalho de formação e construção da identidade e ao reconhecimento da mesma perante a sociedade.

Nesse contexto de formação do sujeito, neste caso esse quanto aluno da Educação Básica, a Educação para as Relações Étnico-Raciais nas escolas tende a perpassar entre todos os níveis e modalidades de ensino, nos quais envolvem uma diversidade de conhecimentos e a construção de uma identidade pertencente a um grupo étnico. Desta forma, no que concerne à Educação Básica, busca-se com este ensino, implementar, produzir e divulgar, conhecimentos, atitudes, posturas e valores que promovam tanto aos gestores/as, professores/as e demais funcionários quanto aos estudantes à promoção da igualdade étnico-racial no cotidiano escolar. Pois, a escola enquanto instituição formadora de cidadãos e de caráter social é responsável por assegurar o direito à educação a todo e qualquer indivíduo. A mesma deve-se se posicionar politicamente contra a qualquer forma de discriminação.

Porém, identificamos em nossa pesquisa através das fala dos alunos, que algumas escolas, em especial, a pesquisada não abordam essas temáticas em seu currículo, assim, ao debatemos sobre o tema ao qual enfatizamos em nosso projeto desenvolvido, percebemos a falta de informação desses alunos sobre o que estávamos apresentando. Os mesmos reconheciam as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que já sofreram ou até mesmo praticaram. Como também a negação de sua identidade principalmente os pertencentes ao grupo étnico-racial negro, pois, observamos que esses sujeitos são os mais que sofrem essas práticas negativas e que negam suas identidades em consequências dessas.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na busca pelo reconhecimento, pela valorização e afirmação dos direitos e por uma educação democrática e emancipatória nosso país foi implementada a lei 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Esse marco é resultado da trajetória de luta do Movimento Negro, reagindo contra as práticas racistas e discriminatórias contra o negro não apenas no ensino ofertado nas escolas, mas no mercado de trabalho e na sociedade civil. Reivindicando pela participação desses sujeitos em todos os níveis e aspectos do convívio social, buscando a:

“Conquista da inclusão nos currículos de história da África; isso tem a ver com a construção de novas identidades e do imaginário social que traz um lastro das verdades produzidas sobre o passado. Conhecer o protagonismo dos negros em sua luta pelo fim da escravidão é reconhecer os legados intelectuais, políticos que herdamos historicamente e que constitui o que somos hoje”. (LAGE, 2013, p. 131)

Contudo, mesmo com essa conquista obtida através das lutas e reivindicações engajadas pelo Movimento Negro, ainda estamos muito longe de ter uma sociedade mais justa no que diz respeito ao reconhecimento da igualdade perante as diferenças dos sujeitos, pois o racismo, esse “um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outro” (SANTOS, 1984, p.11) não é uma prática recente, tendo suas raízes no passado, na qual perdura até os dias atuais travando-se assim uma luta entre sociedade e escola nos que diz respeito à uma educação de qualidade que reconheça a diversidades cultural, étnica e racial dos povos que constitui nosso Brasil.

### CONCLUSÃO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais de fato se configura como um processo de extrema importância quando o assunto é a intersecção da temática em todos os níveis de ensino. E o trabalho, sob tal perspectiva, como já salientamos no decorrer do projeto de pesquisa visa implementar e divulgar conhecimentos, atitudes, posturas e valores que



promovam uma tomada de decisão por parte dos sujeitos com o intuito de se transformarem em autores da sua própria história, que cada vez mais possam construir sua identidade sob a égide da valorização da sua raça.

Desta forma, podemos salientar também o papel importante que teve o movimento negro para que estas temáticas pudessem ser trabalhadas e asseguradas pela lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. A partir destas lutas foram possíveis conhecer mais sobre o povo e a cultura que compõe a variedade de povos existentes na nossa sociedade. Sendo assim, lidar com o preconceito se torna muito complicado, mas não é impossível. Pois, a partir do trabalho de desconstrução de estereótipos racistas, pode-se levar sujeitos a terem uma atitude de respeito e tolerância para com as diferenças do outro.

A escola como espaço de formação tem papel primordial na construção social e cultural do sujeito, pois, isso se resulta na própria concepção ao qual desenvolve em seu cotidiano com os sujeitos pertencentes. Assim, essas temáticas são fundamentais para o conhecimento e reconhecimento da diversidade que constitui nossa sociedade. A busca pelo respeito e a igualdade racial pelo a legitimidade dos direitos é algo permanente por aqueles considerados inferiores perante o meio social, que os classifica pelo grupo étnico-racial ao qual pertence. E ao terem acesso ao conhecimento sobre essas questões e atitudes permite que as reconheçam, compreendam, questionem e reivindiquem por aquilo que se é negado e ao mesmo tempo é seu por direito. Por isso, a importância de conscientizar e discutir essas temáticas e as relações existentes entre elas e os sujeitos que constituem os espaços educativos. Percebendo como essas estão tão presentes em seu cotidiano e na maioria das vezes não são reconhecidas ou simplesmente desconsideradas pelo meio social, assim é evidente a relevância do intuito de formar cidadãos conscientes de seus direitos e capazes de assegurarem e legitimar sua igualdade na sociedade.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas** / Coordenação de Julio Groppa Aquino. – São Paulo: Sammus, 1998.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MARCONI, Mariana de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. - Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo – Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SOUZA, Leornado Lemos de. KLEIN, Ana Maria. **Diversidade e educação em direitos humanos na escola: conceitos, valores e práticas**. Relações e ações sobre educação, estado e diversidade. (org.) Iranete Maria da Silva Lima, Maria Joselma do Nascimento Franco, Kátia Silva Cunha. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.